

2º TURNO

2. JUN 1988

GAZETA MERCANTIL

# Empresário vê ameaças à mineração

por Sérgio Danilo  
do Rio

A produção mineral brasileira, neste ano, não terá o crescimento esperado. A opinião é do presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), João Sérgio Marinho Nunes, para quem as novas regras aprovadas na Constituinte ameaçam a expansão dos projetos e a produção de bens minerais. Ele se manifestou cético em relação à atração de novos investimentos estrangeiros no País no setor mineral.

"Se o Brasil pretende algum dia colocar em evidência esse imenso potencial mineral, que hoje praticamente permanece inexplorado, seria preciso", segundo Marinho Nunes, "rever o que a lei da nacionalização dos minerais aprovou."

Não creio que as empresas estrangeiras vão desistir no momento de investir em seus atuais projetos, mas nos novos outros países vão oferecer mais garantias para seus investimentos e o Brasil vai perder esse filão."

## UM NOVO DIALOGO

Com relação à votação das disposições transitórias pela Constituinte, Marinho Nunes informa que os mineradores vão buscar um novo diálogo com os parlamentares que atuaram na aprovação da nova lei do subsolo. "A meta é conscientizar os parlamentares de todos os partidos de que a extinção do Impos-

## ORDEM SOCIAL

### Índios acreditam que pajé é responsável pelo acordo

As lideranças partidárias só conseguiram um acordo, ontem, para votar o texto que diz respeito aos direitos dos índios, porque o pajé-Prepori Kaiabi deixou o Médio Xingu para invocar os bons espíritos. Essa é a firme convicção dos índios que estavam ontem acompanhando a votação nas galerias da Constituinte, segundo a Agência Globo.

Prepori Kaiabi é considerado o mais velho índio da região do Médio Xingu — nem mesmo os indígenas sabem apontar a idade de Kaiabi. Ele esteve, na terça-feira, na liderança do PMDB na Constituinte para dirigir uma pajelança, destinada a "iluminar a cabeça" dos constituintes. fumando um "cigarro de

João Sérgio Marinho  
Nunes

to Único sobre os Minerais (IUM) e sua substituição pelo ICM poderá representar um desastre para as empresas estaduais de mineração, já que irá reduzir os investimentos e o dinheiro para os projetos de pesquisa mineral", afirma.

O Ibram e a Associação Brasileira dos Produtores de Ouro (Abramo) vão atuar juntos, reivindicando a permanência do IUM, cobrado na produção de ouro, que é de 1%. "Afim, a produção de ouro esperada para este ano será acima de 100 toneladas e a abolição desse imposto único poderá levar a uma queda na informação fiscal sobre a produção de ouro", diz. Nunes afirma também que o Ibram vai continuar presente no plenário da Constituinte, reivindicando dos parlamentares que a nova lei do subsolo ressalve o prazo de cinco anos para as empresas estrangeiras se

## Geólogo critica nacionalização

por Sérgio Danilo  
do Rio

"Não é conveniente que se vede a pesquisa mineral no Brasil ao capital estrangeiro. Se hoje a pesquisa é aberta, os investimentos se mostram poucos. Se fechar, como decidiu a Constituinte, a tendência é cair mais." O desabafo foi feito ontem pelo presidente da Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), Elmer Prata Salomão, durante um debate com geólogos, engenheiros de minas e o presidente da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), José Carlos Boa Nova, no Clube de Engenharia, no Rio, sobre os efeitos práticos da nacionalização dos recursos minerais.

Salomão, que foi um dos articuladores da vitória das teses nacionalistas no plenário da Constituinte, disse que a Sociedade Brasileira de Geologia, que representa uma comunidade de mais de doze mil associados em todo o País, vai recomendar, através de uma emenda da deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), que incluía nas disposições transitórias um novo artigo na Constituição, admitindo o ingresso de empresas estrangeiras na pesquisa mineral.

Salomão explicou que os investimentos anuais com pesquisa e prospecção no Brasil não passam de US\$ 100 milhões, sendo distri-

buidos em 100 milhões de hectares, o que considera pouco e pulverizado. Ele defende um aumento do nível de investimentos no setor mineral brasileiro e, principalmente na pesquisa mineral, que possa atingir de US\$ 5 a US\$ 10 por hectare, enquanto hoje este investimento se fixa em US\$ 1 por hectare. "O atual nível de investimentos de prospecção mineral no Brasil jamais poderá revelar o imenso potencial de recursos minerais existentes no País". Ele lembrou que a França tem um corpo de 70 mil geólogos, enquanto o Brasil, com larga extensão territorial, está restrito a 10 mil geólogos.

Destacou a necessidade de se implantar uma nova política mineral para o País, já que o atual Ministério de Minas e Energia "não se volta para uma política decente" para o setor. "O Ministério de Minas e Energia (Aureliano Chaves) só faz uma política voltada para os problemas de energia e atualmente esvaziou a ação do Departamento Nacional da Produção Mineral", afirmou. Salomão defendeu a criação, após a aprovação da lei do subsolo, de um novo ministério, o de Mineração de Metalurgia. "É inadiável o estabelecimento da soberania nacional sobre os recursos minerais brasileiros, assegurando no texto aprovado pelos constituintes que a lavra das jazidas minerais somente po-

derá ser efetuada por brasileiros ou empresas nacionais. A mineração foi nacionalizada, não estatizada", disse.

### PRIVATIZAÇÃO VERSUS ESTATIZAÇÃO

Salomão alertou que, no setor privado, a indústria mineral é colocada hoje como um setor secundário. "Todas as empresas privadas têm apêndice e são ancoradas no setor mineral. Como decisão empresarial, o setor mineral não atrai de imediato grandes investimentos por ser um setor de retorno de longo prazo. Quanto às estatais", disse o presidente da SBG, "as atividades de investimento são restritas às empresas e organismos estatais, como a CVRD, CPRM e outras empresas".

Segundo ele, com o fim do Imposto Único sobre Minerais (IUM) e sua substituição pelo ICM, "as empresas estaduais vão passar dias difíceis". Quanto ao futuro da atividade mineral no Brasil, o geólogo demonstra otimismo. "A exploração do subsolo deve ser desenvolvida de acordo com os interesses nacionais, estamos valorizando esse patrimônio para veiculá-lo aos planos de desenvolvimento econômico e social. Nos próximos meses haverá uma retomada de investimentos e muitas empresas que adiaram projetos vão retomá-los, inclusive estrangeiras.

adaptarem ao novo sistema.

Também vai pedir aos parlamentares que aprovem a permanência de empresas estrangeiras que verticalizam sua atuação no País.

## ÍNDIOS

O presidente do Ibram disse estar satisfeito com a decisão da Constituinte que garantiu aos índios os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, o que torna nula a posse de terras indígenas por estranhos e dá aos índios maior participação nos resultados minerais das lavras. A exploração mineral, pelo texto aprovado, só poderá ocorrer com a autorização do Congresso Nacional. O parágrafo 4º desse artigo torna nulos e extintos os atos de ocupação, domínio e posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo. Isso torna sem efeito os direitos das empresas mineradoras que operam em terras indígenas, mesmo com autorização legal. Além disso, elimina a possibilidade de indenização contra a União, ressalvadas apenas as benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

pajé" — um cachimbo —, ele jogou fumaça pelos quatro cantos da sala e entoou um canto de bom preságio.

Ontem, os índios ocuparam uma ala inteira das galerias do plenário da Constituinte para assistir de perto à sessão que trataria de seus direitos. O cacique Raoni, da tribo Txucaramãe — situada no Xingu — também estava atento.

Durante todo o tempo em que ficaram nas galerias, os índios se mostraram pacientes e impassíveis. Só se manifestaram com palmas quando entrou em votação o texto do acordo. Quando a sessão terminou, eles levantaram de mãos dadas e começaram a dar gritos de alegria.